

Banco Volkswagen S.A

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e
relatório dos auditores independentes**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Volkswagen S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação, descrita na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas 2(e) e 6(e)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, nas rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros: Sr. Jörg Michael Pape, eleito como Presidente do referido Comitê, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de novembro de 2019 com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021 e, Srs. Rodrigo Otávio Rocha Capuruço e Décio Cunha Júnior, eleitos como Membro Qualificado e Membro, respectivamente, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019, devidamente qualificados nos respectivos atos que os elegeram e reeleitos na Assembleia Geral ordinária realizada em 30 de abril de 2019 com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a efetividade, qualificação e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração.

A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) das atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2019, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) o acompanhamento das providências tomadas para atendimento, às recomendações decorrentes dos trabalhos dos Auditores Independentes, dos Auditores Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (v) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, tecnologia, jurídico, tributário e compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria com o objetivo de avaliar a qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, capital regulatório, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, conduta, atendimentos a clientes, e acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; e (vi) examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação de seu plano anual e do acompanhamento de sua execução e suas principais conclusões, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 26 de março de 2020.

O Comitê de Auditoria

Jörg M. Pape
Presidente

Rodrigo O. R. Capuruço
Membro Qualificado

Décio Cunha Junior
Membro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2019.

O ano de 2019 se destacou pela melhora do ambiente econômico e confiança do consumidor, proporcionando assim o crescimento da indústria automobilística nacional. Como consequência, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve-se com uma significativa participação no financiamento de veículos do Grupo Volkswagen. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 21,4 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R\$ 18,3 bilhões.

DESTAQUES DO ANO

- Maior banco de montadora no Brasil, 18º colocado entre as instituições financeiras privadas e 23ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 67,1% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 55,2% no segmento de caminhões e ônibus e 68,5% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAAA pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Sólida presença no mercado de capitais mesmo em um mercado volátil como o atual: sétima e oitava ofertas públicas de Letras Financeiras no valor de R\$ 500 milhões - atingindo a melhor performance de custo desde sua primeira emissão - e R\$ 750 milhões respectivamente, esta última sendo a maior emissão de Letra Financeira realizada pela empresa e tendo, pela primeira vez, duas séries, de 2 e 3 anos.
- Quarta oferta pública de FIDC – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios no valor de R\$ 1,0 bilhão, atingindo a melhor performance de custo desde sua primeira emissão.
- Índice de Basileia de 18,2% em 31 de dezembro de 2019.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2019 concentraram 85% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

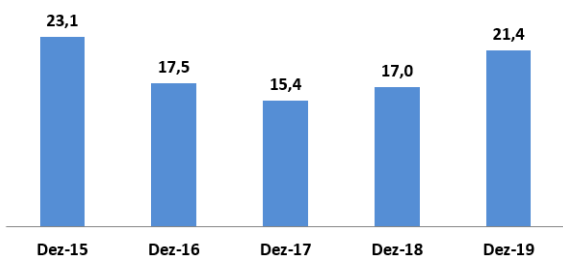
Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

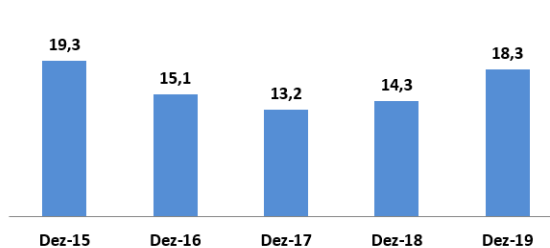
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

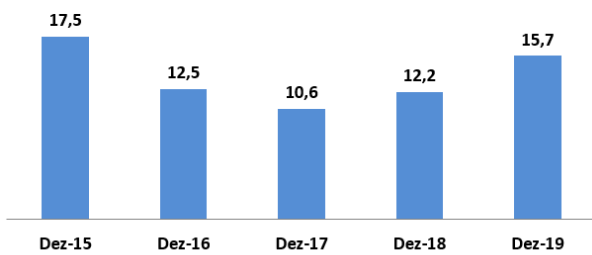
TOTAL DE ATIVOS
(R\$ bilhões)



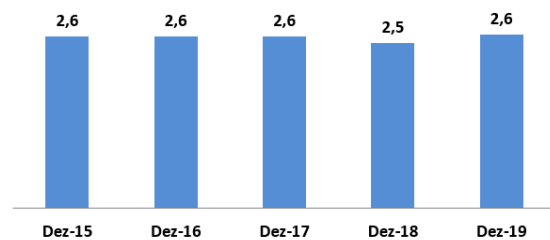
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO
(R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(R\$ bilhões)



Banco Volkswagen S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais

ATIVO

	2019	2018
CIRCULANTE	11.183.376	8.824.015
Disponibilidades	14.494	6.490
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	816.403	588.218
Aplicações no mercado aberto	463.327	588.218
Aplicações em depósitos interfinanceiros	353.076	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	918	22.834
Carteira própria (Nota 4)	-	22.834
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	918	-
Operações de crédito (Nota 6)	8.925.767	7.506.471
Operações de crédito - setor privado	8.755.521	7.783.880
Operações de crédito vinculadas a cessão	431.128	543
Provisão para operações de crédito - setor privado	(260.882)	(277.952)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	35	(159)
Arrendamentos a receber - setor privado	45.397	97.969
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(44.771)	(96.493)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(591)	(1.635)
Outros créditos	1.404.852	670.065
Créditos tributários (Nota 18 (a))	430.404	193.126
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	697.077	38.902
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(5.189)	(385)
Diversos (Nota 7)	282.560	438.422
Outros valores e bens	20.907	30.096
Despesas antecipadas (Nota 8)	2.785	963
Outros valores e bens	18.122	29.133
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.467.456	7.433.178
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	97.932	-
Carteira própria (Nota 4)	97.932	-
Operações de crédito (Nota 6)	7.893.174	5.973.346
Operações de crédito - setor privado	8.006.568	6.324.499
Operações de crédito vinculadas a cessão	275.294	-
Provisão para operações de crédito - setor privado	(388.688)	(351.153)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(2.794)	(1.330)
Arrendamentos a receber - setor privado	41.117	76.672
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(41.041)	(76.357)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.870)	(1.645)
Outros créditos	1.469.238	1.460.470
Créditos tributários (Nota 18 (a))	671.233	718.882
Diversos (Nota 7)	798.005	741.588
Outros valores e bens	9.906	692
Despesas antecipadas (Nota 8)	9.906	692
PERMANENTE	789.368	784.365
Investimentos	628.101	537.555
Investimento em controlada (Nota 9)	628.101	537.555
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	235	306
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e))	139.996	228.726
Bens arrendados	209.974	309.290
Depreciações acumuladas	(69.978)	(80.564)
Intangível	21.036	17.778
Ativos intangíveis - líquido de amortização	21.036	17.778
TOTAL DO ATIVO	21.440.200	17.041.558

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Volkswagen S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2019	2018
CIRCULANTE	9.535.863	6.934.833
Depósitos (Nota 10)	6.212.136	3.813.967
Depósitos interfinanceiros	2.296.790	-
Depósitos a prazo	3.915.346	3.813.967
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	765.313	657.737
Recursos de letras financeiras	765.313	657.737
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 12)	946.103	1.327.580
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	9.483	-
Outras obrigações	1.602.828	1.135.549
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.086	3.912
Sociais e estatutárias (Nota 17)	539.105	647.368
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	310.341	152.459
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	16.316	15.925
Dívidas subordinadas (Nota 15)	-	68.085
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15)	137.450	36.836
Diversas (Nota 16)	594.530	210.964
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.101.243	7.411.114
Depósitos (Nota 10)	2.641.543	2.146.038
Depósitos interfinanceiros	291.146	243.023
Depósitos a prazo	2.350.397	1.903.015
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	1.961.209	720.173
Recursos de letras financeiras	1.961.209	720.173
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 12)	1.177.394	1.717.050
Outras obrigações	3.321.097	2.827.853
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	156.681	158.264
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	8.052	12.962
Provisão para contingências (Nota 14)	979.561	844.696
Dívidas subordinadas (Nota 15)	673.655	616.600
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15)	1.145.299	1.169.334
Diversas (Nota 16)	357.849	25.997
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 2 (n))	176.005	158.778
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	2.627.089	2.536.833
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	1.325.795	1.228.950
Ajustes de avaliação patrimonial	(6.589)	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.440.200	17.041.558

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Volkswagen S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre		Exercícios
	2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.499.307	2.949.426	2.781.485
Operações de crédito	1.396.402	2.754.752	2.525.778
Operações de arrendamento mercantil	60.221	127.836	201.334
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	30.043	50.409	37.551
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	1.920	1.920	(1.227)
Operações de venda de ativos financeiros	10.721	14.509	18.049
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(739.235)	(1.367.920)	(1.198.115)
Operações de captação no mercado	(373.929)	(716.053)	(570.613)
Operações de empréstimos e repasses	(87.609)	(242.406)	(260.504)
Operações de arrendamento mercantil	(50.696)	(98.549)	(150.118)
Operações de venda de ativos financeiros	(30.823)	(38.114)	(3.033)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g))	(196.178)	(272.798)	(213.847)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	760.072	1.581.506	1.583.370
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(383.216)	(725.991)	(570.739)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 (e))	56.817	96.862	73.243
Despesas de pessoal	(1.905)	(3.900)	(2.443)
Outras despesas administrativas (Nota 20 (b))	(215.137)	(350.415)	(307.658)
Despesas tributárias	(46.588)	(83.234)	(70.445)
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	48.417	90.546	70.020
Outras receitas operacionais (Nota 20 (c))	104.017	142.114	231.999
Outras despesas operacionais (Nota 20 (d))	(328.837)	(617.964)	(565.455)
RESULTADO OPERACIONAL	376.856	855.515	1.012.631
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20 (f))	(16.880)	(22.522)	(24.185)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	359.976	832.993	988.446
Imposto de renda (Nota 18 (c))	(68.624)	(179.794)	(187.881)
Contribuição social (Nota 18 (c))	49.155	(17.249)	(246.238)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	340.507	635.950	554.327
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R\$	1,09	2,03	1,77

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Volkswagen S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Reserva de lucros						Total
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajuste de valor patrimonial	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2017	1.307.883	18.515	150.299	1.153.177	-	-	2.629.874
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	554.327	554.327
Destinações:							
Reserva legal	-	-	27.717	-	-	(27.717)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,55/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	-	-	(173.133)	(173.133)
Dividendos propostos (R\$ 1,52/ação) AGE 31/12/18	-	-	-	(474.235)	-	-	(474.235)
Reserva especial de lucros	-	-	-	353.477	-	(353.477)	-
Em 31 de dezembro de 2018	1.307.883	18.515	178.016	1.032.419	-	-	2.536.833
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(6.589)	-	(6.589)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	635.950	635.950
Destinações:							
Reserva legal	-	-	31.797	-	-	(31.797)	-
Dividendos propostos (R\$ 1,72/ação) AGE 31/12/19	-	-	-	(388.067)	-	(151.038)	(539.105)
Reserva especial de lucros	-	-	-	453.115	-	(453.115)	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.307.883	18.515	209.813	1.097.467	(6.589)	-	2.627.089
Em 30 de junho de 2019	1.307.883	18.515	192.789	1.032.419	-	280.670	2.832.276
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(6.589)	-	(6.589)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	340.507	340.507
Destinações:							
Reserva legal	-	-	17.024	-	-	(17.024)	-
Dividendos propostos (R\$ 1,72/ação) AGE 31/12/19	-	-	-	(388.067)	-	(151.038)	(539.105)
Reserva especial de lucros	-	-	-	453.115	-	(453.115)	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.307.883	18.515	209.813	1.097.467	(6.589)	-	2.627.089

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	2º semestre		Exercícios
	2019	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercícios	340.507	635.950	554.327
Ajustes ao lucro líquido:			
Amortizações e depreciações(Nota 20 (b))	3.839	7.928	8.382
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	(48.417)	(90.546)	(70.020)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g))	196.178	272.798	213.847
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	89.084	175.465	171.206
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	8.565	8.565	1.915
Reversão para outros valores e bens	(5.801)	(7.014)	(4.568)
Provisão para contingências e obrigações legais	72.107	158.574	135.864
Tributos diferidos	(171.884)	(157.429)	236.958
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	484.178	1.004.291	1.247.911
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(104.521)	(81.687)	28.732
Redução em operações de crédito e arrendamento mercantil	(2.267.748)	(3.521.635)	(1.744.101)
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(476.229)	(439.482)	139.202
Imposto de renda e contribuição social pagos	(68.781)	(116.040)	(177.092)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(2.917.279)	(4.158.844)	(1.753.259)
Aumento em depósitos	1.675.214	2.893.674	1.880.656
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	920.927	1.348.612	644.968
Redução em obrigações por repasses - FINAME	(553.570)	(921.133)	(717.558)
Redução em obrigações por empréstimos	-	-	(215.496)
Aumento (redução) em outras obrigações	954.005	820.761	(264.352)
Aumento em resultados de exercícios futuros	1.456	17.227	41.985
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	2.998.032	4.159.141	1.370.203
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	564.931	1.004.588	864.855
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(351)
Aquisição de ativo intangível	(3.461)	(11.115)	(3.610)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.461)	(11.115)	(3.961)
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(46.773)	(109.916)	(110.965)
Dividendos pagos	-	(647.368)	(513.668)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(46.773)	(757.284)	(624.633)
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	514.697	236.189	236.261
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	316.200	594.708	358.447
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (Nota 2 (b))	830.897	830.897	594.708
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	514.697	236.189	236.261

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2019	2018
Disponibilidades - depósitos bancários	14.494	6.490
Aplicações interfinanceiras de liquidez	816.403	588.218
Aplicações no mercado aberto	463.327	588.218
Aplicações em depósitos interfinanceiros	353.076	-
	<u>830.897</u>	<u>594.708</u>

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

- (i) destinados a "hedge" de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a "hedge" de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do "hedge" são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

(e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

I – Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo – Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo – Outras obrigações diversas (Nota 16). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

II – Operações de arrendamento mercantil

- (i) - Imobilizado de arrendamento

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

(ii) - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R\$ 1.059 (2018 - R\$ 1.256). Os ganhos são registrados no resultado.

iii) - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A despesa de insuficiência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 5.282 (2018 receita de superveniência – R\$ 7.674) e está apresentada na rubrica de despesa com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 37.976 (2018 - R\$ 43.258) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(f) Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(g) Outros valores e bens

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

(h) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) a participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(k) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III - Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

(n) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(o) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no mercado aberto		Aplicações em depósitos interfinanceiros
	2019	2018	2019
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.002	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	171.520	164.848	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	261.805	423.370	-
Pós-fixado DI	-	-	353.076
	<u>463.327</u>	<u>588.218</u>	<u>353.076</u>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2019	2018
12/2013	Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Two	-	11.284
12/2015	Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Three	-	11.550
07/2019	Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Four	97.932	-
		<u>97.932</u>	<u>22.834</u>
	Circulante	-	22.834
	Realizável a longo prazo	97.932	-

Conforme previsto em Regulamento, no primeiro semestre de 2019, houve a liquidação antecipada do FIDC Driver Three em virtude do cedente exercer a opção de recompra total à medida que o saldo do valor de recebível descontado dos direitos creditórios elegíveis cedidos estava abaixo de 10% (dez por cento).

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2019 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	2019				
	Valor nacional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	730.570	918	-	1.920	-
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa	1.389.574	-	(9.483)	-	6.589
		918	(9.483)	1.920	6.589
Circulante		918	(9.483)		

Tipo	2018				
	Valor nacional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI		-	-	1.707	-
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado		-	-	(2.934)	-
		-	-	(1.227)	-

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, e proteger o risco da moeda estrangeira para as operações que venceram no exercício de 2018, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

Para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI), a Instituição possui contratos de swap com valor nominal de R\$ 1.389.574. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 6.589 (2018 – resultado negativo de R\$ 2.934).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2019	2018
Operações de crédito	17.468.511	14.108.922
Operações de arrendamento mercantil financeiro	83.343	145.682
Operações de arrendamento mercantil operacional	8.934	30.590
Outros créditos - títulos e créditos a receber	697.077	38.902
	<u>18.257.865</u>	<u>14.324.096</u>

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nível de risco					2019
	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	2.037.027	2.037.027	698
A	-	-	10.407.221	10.407.221	52.854
B	249.333	24.355	2.715.647	2.989.335	29.903
C	230.380	13.601	1.319.717	1.563.698	46.911
D	178.347	15.972	384.930	579.249	57.951
E	144.145	15.738	37.813	197.696	59.333
F	79.406	10.866	16.701	106.973	53.487
G	51.271	10.320	3.686	65.277	45.694
H	167.171	79.538	64.680	311.389	311.389
	<u>1.100.053</u>	<u>170.390</u>	<u>16.987.422</u>	<u>18.257.865</u>	<u>658.220</u>

Nível de risco					2018
	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	968.811	968.811	173
A	-	-	8.555.981	8.555.981	43.428
B	109.033	21.805	2.041.580	2.172.418	21.724
C	135.460	9.220	1.360.986	1.505.666	45.170
D	100.188	9.657	292.193	402.038	40.204
E	38.537	10.372	135.700	184.609	55.383
F	25.959	5.306	163.842	195.107	97.554
G	21.213	5.424	7.802	34.439	24.107
H	127.323	64.930	112.774	305.027	305.027
	<u>557.713</u>	<u>126.714</u>	<u>13.639.669</u>	<u>14.324.096</u>	<u>632.770</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2019		
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	264.456	5.894.908	6.159.364
De 181 a 360 dias	222.183	3.482.568	3.704.751
Acima de 361 dias	613.414	7.572.420	8.185.834
	<u>1.100.053</u>	<u>16.949.896</u>	<u>18.049.949</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	12.050	37.526	49.576
De 15 a 60 dias	70.363	-	70.363
De 61 a 180 dias	61.234	-	61.234
De 181 a 360 dias	26.743	-	26.743
	<u>170.390</u>	<u>37.526</u>	<u>207.916</u>
	<u>1.270.443</u>	<u>16.987.422</u>	<u>18.257.865</u>
			2018
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	166.756	4.657.817	4.824.573
De 181 a 360 dias	131.009	2.920.582	3.051.591
Acima de 361 dias	259.948	6.007.971	6.267.919
	<u>557.713</u>	<u>13.586.370</u>	<u>14.144.083</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	15.040	53.299	68.339
De 15 a 60 dias	37.731	-	37.731
De 61 a 180 dias	48.269	-	48.269
De 181 a 360 dias	25.674	-	25.674
	<u>126.714</u>	<u>53.299</u>	<u>180.013</u>
	<u>684.427</u>	<u>13.639.669</u>	<u>14.324.096</u>

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2019	2018
Pessoas físicas	7.941.499	5.889.177
Outros serviços	5.368.744	4.292.020
Comércio	3.930.799	3.482.069
Indústria	799.703	566.411
Rural	62.045	36.868
Habitação	138.847	44.700
Intermediário financeiro	16.228	12.851
	<u>18.257.865</u>	<u>14.324.096</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2019		2018	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	191	511	198	1.593
Bens arrendados	149.359	58.475	223.589	82.846
Depreciação acumulada de bens arrendados	(80.874)	(25.999)	(93.731)	(28.492)
Superveniência de depreciação	37.976	-	43.258	-
Perdas em arrendamento a amortizar	2.140	-	2.855	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(1.081)	-	(1.599)	-
Credores por antecipação de valor residual	(24.368)	-	(28.887)	-
	<u>83.343</u>	<u>32.987</u>	<u>145.683</u>	<u>55.947</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2024 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 47.626 (2018 - R\$ 80.268), sendo que desse total R\$ 24.368 (2018 - R\$ 28.887) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 16). Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Two	12/2013	1.021.745	1.067.758
FIDC Driver Three	12/2015	1.096.939	1.083.880
FIDC Driver Four	07/2019	1.013.228	1.096.807
		<u>3.131.912</u>	<u>3.248.445</u>

ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
FIDC Driver Two	-	76	-	7.552
FIDC Driver Three	-	467	-	5.602
FIDC Driver Four	706.422	-	764.660	-
	<u>706.422</u>	<u>543</u>	<u>764.660</u>	<u>13.154</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	632.770	792.722
Constituição de provisão	272.798	213.847
Baixas por utilização	(247.348)	(373.799)
Saldo final	<u>658.220</u>	<u>632.770</u>

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 416.761 (2018 - R\$ 458.853). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 95.531 (2018 - R\$ 95.895) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R\$ 196.922 (2018 - R\$ 185.233).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 14 (a))	752.615	692.638
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	150.891	300.886
Impostos e contribuições a compensar	177.059	186.486
Total	<u>1.080.565</u>	<u>1.180.010</u>
Circulante	<u>282.560</u>	<u>438.422</u>
Realizável a longo prazo	<u>798.005</u>	<u>741.588</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, prêmio de seguro garantia apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice. O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R\$ 12.691 (2018 - R\$ 1.655).

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
	Exercícios	
Informações sobre a investida:	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido dos exercícios	90.546	70.020
Patrimônio líquido	628.101	537.555
Resultado de equivalência patrimonial	90.546	70.020
Investimento	628.101	537.555

10. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,0% a 105,0% do DI (2018 - 97,5% a 105,0% do DI).

Em 31 de dezembro, é composta como segue:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

	2019		2018	
	Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
Até 90 dias	521.566	1.355.639	-	1.560.826
De 91 a 365 dias	1.775.224	2.559.707	-	2.253.141
De 1 a 3 anos	291.146	2.310.499	243.023	1.883.953
Acima de 3 anos	-	39.898	-	19.062
Total	2.587.936	6.265.743	243.023	5.716.982

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, no montante de R\$ 2.726.522, sendo R\$ 765.313, no circulante e R\$ 1.961.209, no exigível a longo prazo, com vencimento até novembro de 2022, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 104,5% do DI, (2018 – R\$1.377.910, sendo R\$ 657.738, no circulante e R\$ 720.173, no exigível a longo prazo, com vencimento até outubro de 2020, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de de 103,5% a 104,0% do DI).

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES – FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2019	2018
Até 90 dias	268.641	376.975
De 91 a 365 dias	677.462	950.605
De 1 a 3 anos	986.549	1.292.494
Acima de 3 anos	190.845	424.556
Total	2.123.497	3.044.630

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	299.670	145.123
Impostos e contribuições a pagar	11.488	37.544
Passivos tributários diferidos (Nota 18 (b))	155.864	128.056
Total	467.022	310.723
Circulante	310.341	152.459
Exigível a longo prazo	156.681	158.264

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 31 de dezembro, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2019	2018	2019	2018
Reclamações trabalhistas (Nota 14 (c))	80.750	62.953	11.940	8.439
Reclamações cíveis (Nota 14 (c))	221.438	186.219	60.871	60.004
Riscos fiscais (Nota 14 (c))	142.312	135.384	89.611	85.403
Obrigações legais (Nota 14 (c))	535.061	460.140	590.193	538.792
Total	979.561	844.696	752.615	692.638
Exigível / realizável a longo prazo	979.561	844.696	752.615	692.638

(b) 31 de dezembro, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais	
	Exercícios	
	2019	2018
Saldo inicial	844.696	914.573
Constituição	183.233	239.961
Reversão (i)	(50.234)	(119.253)
Baixa (ii)	(23.709)	(205.741)
Atualização monetária	25.575	15.156
Saldo final	979.561	844.696

(i) Refere-se, principalmente, a reversão de provisão para contingências.

(ii) Refere-se, em 2018, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 20 (c)).

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 68.866 (2018 - R\$ 66.596) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2018 – R\$ 37.970).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 506.588 (2018 - R\$ 432.799) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 27.595 (2018 – R\$ 26.804).

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tributárias		
IOF (i)	766.996	620.349
IRPJ/CSLL (ii)	285.856	296.647
ISS (iii)	350.638	240.450
Outros	85.083	55.904
	<u>1.488.573</u>	<u>1.213.350</u>
Cíveis		
Ações revisionais	10.798	9.604
	<u>10.798</u>	<u>9.604</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

15. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

Prazo até o vencimento	Valor original da operação		Saldo	
	2019	2018	2019	2018
Até 1 ano	58.245	48.382	137.450	104.921
De 1 a 3 anos	130.924	115.292	300.927	244.605
De 3 a 5 anos	237.135	217.149	528.956	445.400
Acima de 5 anos	506.586	600.448	989.071	1.095.929
	<u>932.890</u>	<u>981.271</u>	<u>1.956.404</u>	<u>1.890.855</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,3% ao ano (2018 – 8,7% a 10,5% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 31 de dezembro, o montante referente a esses passivos é de R\$1.282.749 (2018 – R\$1.206.170). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 825.694 (2018 – R\$ 902.778).

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2019	2018
Contratos de financiamentos a pagar	52.664	92.104
Contas a pagar	81.387	65.627
Recebimentos em trânsito a processar	28.686	46.515
Obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 6 (f))	764.660	13.154
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 20 (g))	84	79
Outras	24.898	19.482
Total	<u>952.379</u>	<u>236.961</u>
Circulante	<u>594.530</u>	<u>210.964</u>
Exigível a longo prazo	<u>357.849</u>	<u>25.997</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2018 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2019, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Distribuição de dividendos, relativo ao ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 151.038;
- (ii) Distribuição de dividendos mediante utilização de Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 388.067. Ambos valores serão pagos no exercício de 2020.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2018, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R\$ 474.235;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

(ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2018 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 173.133, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício. Ambos valores foram pagos no exercício de 2019.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R\$ 1.101.637 (2018 - R\$ 912.008), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo 2º do Art. 1º da Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil.

(a) Créditos tributários - período de realização

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>De 2024 a 2029</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	430.404	382.258	79.153	79.153	130.669	1.101.637

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro totaliza R\$ 931.316 (2018 - R\$ 708.897) descontados à taxa média de captação.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	<u>Créditos tributários</u>		<u>Passivos tributários diferidos</u>	
	<u>Exercícios</u>		<u>Exercícios</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	912.008	1.138.292	128.056	117.382
Constituição	376.637	437.921	29.132	17.762
Realização	(187.008)	(664.205)	(1.324)	(7.088)
Saldo final	<u>1.101.637</u>	<u>912.008</u>	<u>155.864</u>	<u>128.056</u>

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>Exercícios</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes da tributação	<u>832.993</u>	<u>988.446</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(333.197)	(444.801)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(15.797)	(10.971)
Equivalência patrimonial (Nota 9)	36.219	31.509
Efeito majoração da CSLL (5%) – crédito tributário	96.845	(92.833)
Deduções de incentivos fiscais (Nota 20 (f))	10.847	5.363
Juros sobre capital próprio (Nota 17)	-	77.910
Outros	8.040	(296)
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>(197.043)</u>	<u>(434.119)</u>

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Exercícios	
	2019	(Passivo) 2018	2019	Receita (Despesa) 2018
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(6.756)	(20.899)	(943)	(1.348)
Consórcio Nacional Volkswagen				
- Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(461.268)	(509.318)	(28.386)	(29.454)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(19.733)	(44.438)	(1.843)	(1.141)
Volkswagen Administradora de				
Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(6.394)	(16.371)	(851)	(1.393)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(6.177)	(22.545)	(1.322)	(1.852)
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(23.972)	(36.722)	(967)	(2.142)
Sociais e estatutárias	(539.105)	(647.368)	-	-
Contas a pagar	(14.710)	(19.879)		
Outras despesas administrativas	-	-	(164.231)	(154.379)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(66.578)	(660)	(1.335)	(1.242)
Volkswagen do Brasil Indústria de				
Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.675.068)	(364.834)	(49.581)	(29.678)
Letras financeiras subordinadas	(1.956.403)	(1.890.855)	(175.465)	(171.206)
MAN Latin América Indústria e				
Comércio de Veículos Ltda.				
Contas a receber – valores a ressarcir	477	-	1.641	2.994
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	-	-	(374)	(725)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	Exercícios	
	2019	2018
Benefícios de curto prazo	7.998	5.266
Benefícios pós-emprego	180	121
Outros benefícios de longo prazo	314	196
	8.492	5.583

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental – define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais**

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

(b) Outras despesas administrativas

	Exercícios	
	2019	2018
Despesas com serviços especializados	236.977	222.370
Despesas com registro de contrato	54.934	44.284
Despesas com publicidade	40.832	23.122
Despesas com depreciação e amortização	7.928	8.382
Despesas de comunicação e manutenção	7.240	7.392
Outras despesas administrativas	2.504	2.108
	350.415	307.658

(c) Outras receitas operacionais

	Exercícios	
	2019	2018
Reversão de provisões (i)	48.173	60.947
Recuperação de encargos e despesas (ii)	48.046	36.855
Variação monetária ativa	30.787	34.636
Receitas com tributos (iii)	-	89.226
Outras receitas operacionais	15.108	10.335
	142.114	231.999

(i) Refere-se, principalmente, à reversão de provisões para contingências.

(ii) Refere-se, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(iii) Refere-se ao resultado da aquisição dos créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo.

(d) Outras despesas operacionais

	Exercícios	
	2019	2018
Despesas com descontos concedidos	248.393	237.858
Despesas com comissões	185.526	121.080
Despesas com provisões operacionais (i)	89.274	114.759
Despesas com busca e apreensão	29.626	32.297
Variação monetária passiva (Nota 14(b))	25.575	15.156
Outras despesas operacionais	39.570	44.305
	617.964	565.455

(i) Referem-se, principalmente, à despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(f) Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R\$ 11.911 (2018 – R\$ 18.822), e despesa com destinação de parte do imposto de renda – incentivos fiscais no montante de R\$ 10.847 (2018 – R\$ 5.363).

(g) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 8.369 (2018 -R\$ 7.658), cuja provisão é de R\$ 84 (2018 - R\$ 79), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Considerando o Decreto de Pandemia Mundial por parte da OMS e as declarações das autoridades de saúde, dada a possibilidade de um aumento exponencial do número de casos de contágio do Covid-19 (Sars-CoV-2) a Administração do Banco Volkswagen S.A., acompanhará possíveis impactos sobre as Demonstrações Financeiras e suas operações, sempre focando na preservação de seus colaboradores e parceiros além da continuidade da Instituição.

DIRETORIA

JORG MICHAEL PAPE

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO

DÉCIO CUNHA JÚNIOR

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

*

*

*